



ATA N.º 103
13-09-2017

+

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a centésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Faltou a esta reunião a Vereadora Maria Margarida Caeiro Vasco por se encontrar em gozo de férias. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade - Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Subunidade Administrativa da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

A Câmara Municipal de Cuba, enquanto Instituição, e sem prejuízo do que já foi manifestado individualmente por cada um dos seus membros, entende deixar registado um voto de pesar pelo falecimento do forçado Pedro Primo nas circunstâncias que são do conhecimento geral.-----

Ass
H
K
J

+1-1

BALANCETE DE TESOOURARIA REFERENTE AO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2017: € 343 008,74. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 53/2017, dos Serviços Financeiros, através da qual, de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 setembro apresenta a situação financeira do município que se retrata da seguinte forma:

Execução Orçamental:

- *O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 268.488,65 à data de 31/07/2017;*
- *Os pagamentos efetuados à data de 31/07/2017 possuem o valor de € 2.803.234,65 para Despesas Correntes e €1.054.851,08 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 58,22 % no que diz respeito a despesa corrente e 35,23 % a despesa de capital;*
- *As receitas cobradas pelo Município à data de 31/07/2017 ascendem a €2.654.992,12, no que diz respeito à receita corrente, € 974.129,15 receita de capital e €2.372,82 em reposições não abatidas aos pagamentos. A receita apresenta um grau de execução de 54,94% relativamente à receita corrente e 37,73% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €194.645,75;*
- *O saldo de execução orçamental à data de 31/07/2017 é de €218.862,97;*
- *A cabimentação atingiu à data 96,44 % no que diz respeito a despesa corrente e 78,20%, no que diz respeito à despesa de capital;*
- *Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 3.923.805,91 e em despesa de capital €2.136.018,42 e representam relativamente ao orçamento corrigido 81,49 % e 71,33 % respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €2.201.738,60 sendo:*

€1.120.571,26 - Despesa corrente

€1.081.167,34- Despesa capital

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.576.759,39;

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 31/07/2017 ascende a €353.568,90, sendo:

Despesa corrente : €206.027,44

Despesa capital : €147.541,46

Limites ao Endividamento:

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2017:

Limite da dívida total 2017(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2014	Receita corrente líquida 2015	Receita corrente líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.224.971,97	4.251.857,42	4.681.638,84	13.158.468,23	4.386.156,08

Limite da dívida total: €6.579.234,12

Situação do Município em 01-01-2017 :

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.482.412,33	39.293,17	2.521.705,50	224.016,82	2.297.688,68

Situação do Município em 01-01-2017 : €2.258.395,51

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2017: € 2.297.688,68

Situação do Município (de forma isolada) em 31-07-2017:€2.392.987,61

Situação do Município + SM+AM+SEL em 31-07-2017:€2.437.659,84

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMBAAL (participação de 3,41%):€18.703,84

AMCAL (participação de 22,05%): €3.995,63;

AMGAP :€0,00;

ANMP:€314,10;

CIMBAL (participação de 3,91%): €21.658,66;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%): €0,00

Verifica-se que o Município se encontra em situação de incumprimento, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta.

Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso.

Fundos Disponíveis:

Os Fundos disponíveis do período foram de: €533.088,78, tendo sido absorvidos até final do mês de €533.084,24.

Equilíbrio Orçamental:

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma:

“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”.

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio:

Receita corrente bruta : €2.654.992,12

Amortização média anual: €267.033,61

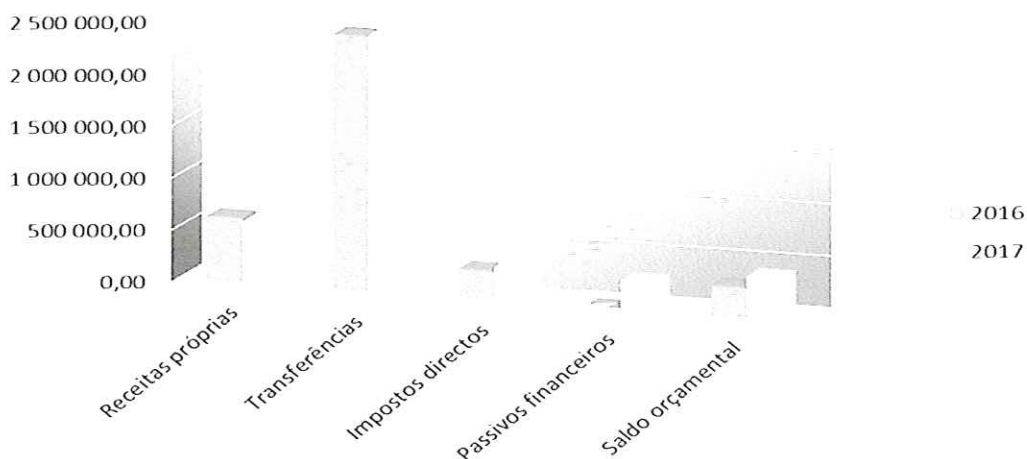
Despesa corrente paga: €2.803.234,65

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos

€2.654.992,12 «= €2.803.234,65+€267.033,61

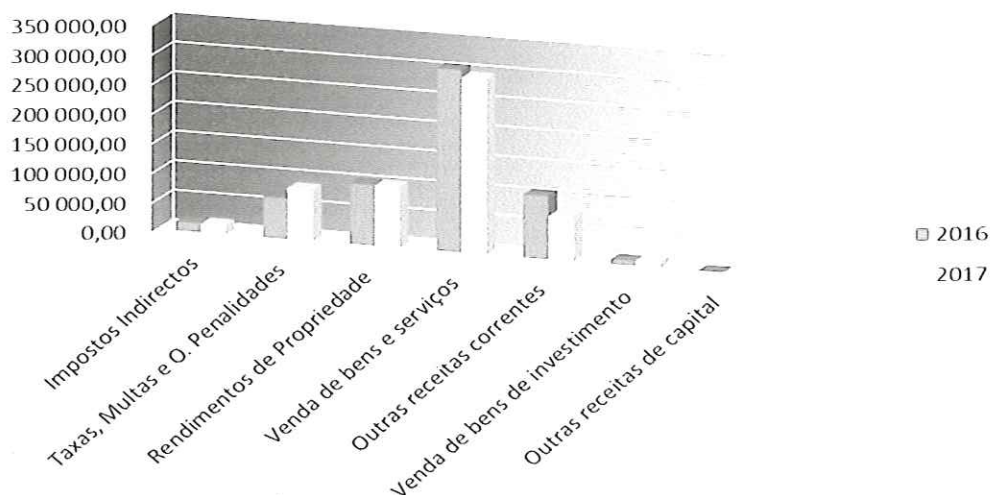
Comparativamente com o período homólogo do ano anterior a análise é a seguinte:

A nível das receitas:



Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se menor receita arrecadada a nível das receitas próprias e um ligeiro acréscimo das transferências. As diminuições verificadas nas receitas próprias estão relacionados com a venda de bens e serviços e com as outras receitas correntes.

O ligeiro acréscimo verificado nas transferências está relacionado com transferências do estado outras, nomeadamente transferências da DGEST. Quanto aos aumentos nos impostos diretos, estão relacionados com o imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, e imposto municipal sobre transmissão onerosa de imóveis.

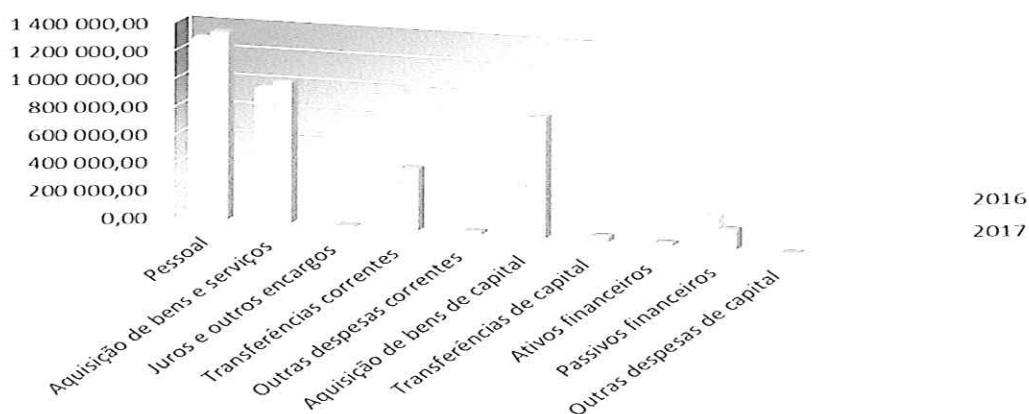


Em relação às Receitas Próprias, verifica-se um ligeiro acréscimo de receita nos impostos indirectos e rendimentos de propriedade, acréscimo nas taxas e venda de bens de investimento, e decréscimo na venda de bens e serviços e nas outras receitas correntes.

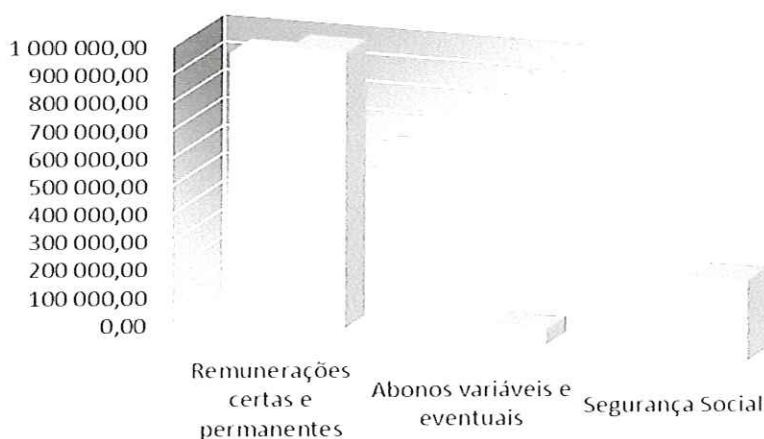
O acréscimo nas taxas está relacionado com mercados e feiras, loteamentos e obras e saneamento, o da venda de bens de investimento está relacionado com a venda de terrenos.

O decréscimo da venda de bens e serviços está relacionado com menor receita a nível da venda de bens (venda de água).

A nível da despesa:



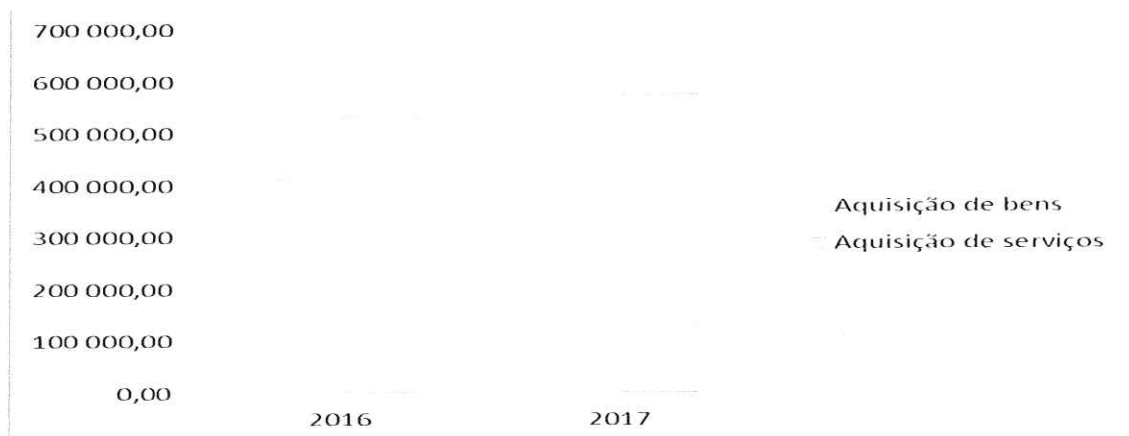
Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se maior despesa com despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital.



2016
2017

A nível das despesas com o pessoal pagas, verifica-se um acréscimo nas remunerações certas e permanentes de €32.117,29 em valor absoluto, devendo-se principalmente ao pessoal em regime de tarefa ou avença e ao recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho.

As despesas relativas a abonos variáveis e eventuais tiveram um ligeiro acréscimo, devido sobretudo a horas extraordinárias. As despesas com a Segurança Social, foram maiores comparativamente ao ano anterior, relacionado essencialmente com o acréscimo das horas extraordinárias e com as remunerações certas e permanente.



Verifica-se um ligeiro acréscimo, relativamente ao período homólogo do ano anterior na despesa paga com a aquisição de bens e acréscimo a nível dos serviços.

A nível dos bens o acréscimo está relacionado com o pagamento de compra de água . A nível dos serviços, o acréscimo prende-se com encargos das instalações, publicidade, assistência técnica, e outros serviços.

Do atrás exposto conclui-se:

1- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2017. Deve ser analisada esta situação e adoptadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de € 38.071,73.

Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos;

2- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;

3- No que diz respeito à dívida total verifica-se um aumento da dívida em 5,96% (dívida individual) e 6,09% (dívida conjunta);

4- Não existem pagamentos em atraso;

5- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

2. CONTRATO DE LOCAÇÃO OPERACIONAL DE LUMINÁRIAS PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE CUBA. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. -----

Foi apresentada à Câmara a Informação n.º 13/2017, do Chefe da UAJDCS, enquadrando a proposta em título, da qual resulta: -----

"Como é de conhecimento dos membros do órgão executivo no passado dia 02 de agosto de 2017 foi deliberado por unanimidade a adjudicação do procedimento das luminárias, adjudicação essa que ficou condicionada ao respetivo enquadramento financeiro. -----

Resolvida essa questão formalizou-se a notificação da adjudicação tendo o adjudicatário prestado caução ao abrigo dos art.ºs 88.º e 89.º do CCP. Vide doc. n.º 1.

Importa agora abordar a questão do contrato. No art.º 94.º do CCP surge-nos a regra geral, ou seja, em princípio o contrato deve ser reduzido a escrito, e no caso subjudice não estamos perante nenhuma situação que permite excecionar esta regra. -----

Uma vez elaborada a minuta do contrato – vide doc. n.º 2 - deve a mesma ser aprovada pelo dono de obra em sintonia com o art.º 98.º n.º 1 do mesmo CCP. -----

A não ser exigida caução a minuta do contrato poderia ter sido aprovada conjuntamente com o ato da adjudicação. Não é o caso que agora se analisa, porquanto, aqui foi obrigatória a prestação de caução, tarefa que o adjudicatário já efectuou, conforme em cima se explanou. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Nos termos do disposto no nº 1 do citado art.º 98.º do Código dos Contratos Públicos proceder à aprovação da minuta do contrato de Locação Operacional de Luminárias para a Rede de Iluminação Pública no Concelho de Cuba; -----

2.º - Em cumprimento do art.º 100.º do CCP determinar que a minuta do contrato seja notificada ao adjudicatário para que o mesmo, ao abrigo do art.º 101.º do mesmo diploma proceda à sua aceitação expressa, ou à sua aceitação tácita se nada disser nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação. -----

3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA, A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA ALVA E A GNR PARA CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE IMÓVEL QUE SIRVA DE INSTALAÇÕES ÀQUELA FORÇA DE SEGURANÇA. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO. -----

Foi presentada à Câmara a Informação n.º 14/2017, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando a proposta de aprovação da minuta do contrato em título, da qual resulta: -----

"Foi-nos apresentado por parte do Presidente da Câmara a minuta de protocolo em anexo para que se aferisse o enquadramento legal do mesmo e se este enfermava de qualquer irregularidade. -----

Apreciado o documento que consubstancia um contrato de comodato (arrendamento gratuito) entre a Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva e a GNR, com o aval, ou melhor beneplácito do Município de Cuba, onde a primeira entidade entende ceder um imóvel, sito na Rua 25 de Abril, n.º 2, em Vila Alva, à segunda para que nele seja instalado o posto da GNR em Vila Alva. -----

Esse comodato tem o prazo de um ano, só pode ser utilizado para o fim especificado, e pode ser renovado nos moldes consignados no protocolo. -----

Não se vislumbra que o mesmo padeça de qualquer vício ou ilegalidade, cabendo à Câmara a função de cooperação institucional entre as partes, sem que isso lhe traga qualquer encargo financeiro. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne as atividades de natureza relevante para o interesse municipal proceder à aprovação da minuta do protocolo entre o Município de Cuba, a Santa Casa da Misericórdia de Cuba e a GNR para o comodato de imóvel em Vila Alva para ali proceder à instalação do posto local da GNR; -----

2.º - Uma vez aprovada a minuta do protocolo, proceder à remessa do mesmo para os outros dois outorgantes para que estes digam o que julgarem oportuno, e depois disso legitimar o Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura. -----

4. ARU – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA RUIVA. DELIMITAÇÃO DA REFERIDA ARU. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ARU PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Foi apresenta à Câmara a Informação n.º 12/2017, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando a proposta de aprovação da ARU de Vila Ruiva, da qual resulta: -----

"Como é de conhecimento dos membros do órgão executivo a gestão de projetos comunitários em determinados eixos passou a estar condicionada à existência e respetiva aprovação pelos órgãos competentes da autarquia dos planos de reabilitação urbana, conforme definidos no Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, cuja leitura se recomenda para melhor perceção do que se visa deliberar. -----

De acordo com a Informação que recebemos da CCDRALentejo seria elemento bastante para apresentação de uma candidatura a existência de uma deliberação do órgão executivo a determinar que fosse despoletado o respetivo procedimento. -----

Ora, essa situação ocorreu com deliberação tomada na reunião de Câmara de 20 de janeiro de 2016. Vide Doc. n.º 1. -----

Com esse formalismo foi possível candidatar e ver aprovado o projeto da Encosta do Castelo em Vila Ruiva, no entanto para que se ultime o procedimento comunitário no que diz respeito ao encerramento do projeto e pagamento de todas as verbas é necessário que a dita ARU esteja aprovada pela Assembleia Municipal e efetuada a competente publicação em DR. -----

Como em cima se mencionou, o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana: -----

"No atual quadro de significativa degradação das nossas áreas urbanas antigas, o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas públicas nacionais e locais." -----

A operacionalização destas ações passa pela capacidade em preparar a delimitação de áreas de reabilitação urbana e pela posterior aprovação das suas operações de reabilitação urbana" (in Manual de Apoio - Processos de delimitação e de aprovação de

Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). -----

De acordo com a alínea b) do artº. 2º deste diploma legal, entende-se por área de reabilitação urbana *“a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”*. -----

Visando operacionalizar a reabilitação urbana na Vila de Cuba foi mediante ajuste direto contratada com a empresa ANTÓNIO JORGE QUARESMA – ARQUITECTO, UNIPESSOAL, Lda, a prestação de serviços de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Ruiva. Vide Doc. n.º 2. -----

É, pois, essa proposta que agora deve ser apreciada por quem de direito. -----

Conforme determina o nº 2 do artº. 13º do diploma em referência, a proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém: -----

- a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; -----
- b) A planta com a delimitação da área abrangida; -----
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artº. 14º. -----

Requisitos estes que são cumpridos na proposta *sub judice*. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou -----:

1.º - Nos termos do disposto no nº 1 do citado art.º 13º, proponha à Assembleia Municipal que, na sua sessão ordinária de 15 de setembro de 2017, aprove a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Ruiva; -----

2.º - Em caso de aprovação da ARU pela Assembleia Municipal, determinar que a mesma seja publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município e, simultaneamente com o envio para publicação do aviso referido no número anterior, a câmara municipal deverá remeter ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, o ato de aprovação da

delimitação da área de reabilitação urbana, dando dessa forma cumprimento ao disposto nos n.ºs 4 e 5 do supracitado artigo 13.º. -----

5. MANUELA FRANCISCA PIRES MANHITA. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA COMPRA DE ÓCULOS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que, a pedido da Sr.ª Manuela Francisca Pires Manhita, defere, com base na Informação n.º 68/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, a atribuição de uma verba no valor de € 319,59, para compra de óculos. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. CATARINA ESPÍRITO SANTO CARVALHO JANEIRO. APOIOS SOCIAIS. INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 69/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, expondo a situação decorrente do pedido formulado pela senhora Catarina Espírito Santo Carvalho Janeiro, para que seja concedido apoio para seu esposo, Bento José Roberto Baltazar, para a medicação. -----

De acordo com a mesma, o Senhor Bento Baltazar, não apresentou a declaração da farmácia que comprova os gastos com a medicação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulados com o n.º 1 do art.º 14 do Regulamento Municipal para atribuição de apoios sociais, deliberou considerar a inscrição apesar de extemporânea. -----

7. MARIA ALICE CORREIA CAIXEIRO REMECHIDO. APOIOS SOCIAIS. RENDA DE HABITAÇÃO. INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 67/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, expondo a situação decorrente do pedido da senhora Maria Alice Correia Caixeiro Remechido, para que seja concedido apoio para pagamento de renda mensal de habitação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulados com o n.º 1 do art.º 14 do Regulamento Municipal para atribuição de apoios sociais, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito desta medida, deliberou considerar a inscrição apesar de extemporânea.-----

8. COMISSÃO COORDENADORA CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO PARA INICIATIVA DE CARÁTER POLÍTICO NO ÂMBITO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS. -----

A Comissão Coordenadora Concelhia de Cuba da CDU vem, por este meio, solicitar a título de gratuito a cedência do palanque e do palco, bem como a sua montagem no Largo Cristóvão Colon (conforme acontece pela realização das comemorações do 25 de Abril), a fim de realizar a iniciativa de arranque da campanha eleitoral para as eleições autárquicas do dia 1 de outubro, que se realizará no próximo dia 16 de setembro pelas 21h00m. Mais solicitamos que diligencie junto das autoridades policiais pelo respetivo condicionamento de trânsito durante a realização da iniciativa. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente. -----

9. COMISSÃO COORDENADORA CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO EXTERIOR E INTERIOR DO CENTRO CULTURAL PARA INICIATIVA DE CARÁTER POLÍTICO NO ÂMBITO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS. -----

Vem por este meio a Comissão Coordenadora Concelhia de Cuba da CDU, solicitar a título de gratuito, a cedência do espaço interior e exterior do Centro Cultural de Cuba a fim de realizar a iniciativa de encerramento da campanha eleitoral, para as eleições autárquicas, a realizar no dia 29 de setembro. -----

Solicita ainda o apoio logístico ao nível de som e imagem, palanque e bandeiras -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente ficando a mesma sujeita às normas legais aplicáveis a este tipo de situações. -----

Mais deliberou, relativamente às bandeiras, manter a deliberação tomada sobre esta matéria, não cedendo as mesmas. -----

10. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS ZONAS ENVOLVENTES COM ARRANJOS EXTERIORES PARA A ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE FARO DO ALENTEJO E VILA ALVA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere, com base na Informação n.º 134/2017, do Serviço de Obras Municipais, a prorrogação de prazo formulada pela Empresa Ginobra, Lda, empreiteira das obras em título. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

11. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS ZONAS ENVOLVENTES COM ARRANJOS EXTERIORES PARA A ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE FARO DO ALENTEJO E VILA ALVA. TELAS FINAIS E MANUAL DESCRITIVO DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO, CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprova, com base na Informação n.º 133/2017, do Serviço de Obras Municipais, as telas finais e o manual descritivo das condições de exploração, conservação e utilização dos espaços das obras em título. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

12. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTº 49º DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 84/2017, do SACTPH, para em cumprimento do disposto no nº 4, conjugado com o nº 12, ambos do artº 49º do Orçamento de Estado para 2017, comunicar os contratos de prestação de serviços celebrados pelo Município de Cuba, e que são os seguintes:

Rádio Vidigueira - € 50,00

Rádio Castrense - €150,00

Rádio Planície - € 100,00

Rádio Singa - € 100,00

Rádio Telefonía - € 125,00

Rádio Anrena Sul - € 100,00

Rádio Voz da Planície - € 600,00

Jornais Locais:

Diário do Alentejo - € 300,00

Diário do Sul - € 200,00

A Câmara tomou conhecimento. -----

13. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTº 49º DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 56/2017, do SAJAI, cujo teor se transcreve:

“Em cumprimento do disposto no nº 4, conjugado com o nº 12, ambos do artº 49º do Orçamento de Estado para 2017, comunicam-se os contratos de prestação de serviços celebrados pelo Município de Cuba, e que são os seguintes:

- 1) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletrificação do recinto da feira Anual de Cuba/2017, adjudicado a Sérgio Miguel Cardeira Fitas, pelo valor de € 2.750,00, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 2) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Julião Augusto Carapuça Batista, pelo valor de € 201,80, IVA incluído à taxa legal;
- 3) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Faro do Alentejo para o evento Autárquicas 2017, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 4) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Vila Ruiva para o evento Autárquicas 2017, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 5) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Cuba para o evento aniversário do Grupo Coral Flores do Alentejo, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 6) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Faro do Alentejo para o evento Festa de S. Luís/2017, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 7) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade na Rua da Fé, em Faro do Alentejo para o evento Festas de S. Luís/2017, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;
- 8) Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade na Rua Cândido dos Reis, em Vila Ruiva para o evento Festas de Vila Ruiva, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25, a que acresce o IVA à taxa legal;

A Câmara tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA -----

14. DULCE CLARINDA CABAÇA LOPES. PROCESSO N.º 33/2016. -----

Vem a requerente submeter à apreciação o projeto de arquitetura de Ampliação / Alteração para Casa de Campo, no prédio sito em Carrascal, Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

15. LUIS PEDRO HORTA RAMOS. PROCESSO N.º 25/2017. -----

Vem o requerente submeter à apreciação o projeto de arquitetura para construção de uma habitação no Vargo de Baixo, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

16. ANTÓNIO ALEXANDRE ALGARVIO BAIÃO. PROCESSO N.º 19/2017. -----

Ampliação de moradia. Rua João Afonso, 24, em Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 6 meses, o prazo para conclusão dos trabalhos de acordo com a calendarização apresentada. -----

17. MARIA DO CARMO SALGUEIRO PIEDADE. PROCESSO N.º 20/2017. -----

Alteração e Ampliação de moradia sita na Rua Formosa, n.º 140 e 142, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi

conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses, o prazo para conclusão dos trabalhos de acordo com a calendarização apresentada. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

18. VANDA MARIA BORRALHO ROSA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA LAGOA, 31, EM VILA RUIVA. -----

Solicita a Sr.ª Vanda Maria Borralho Rosa, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 119,86, em prestações mensais de € 10,00, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 163/2017, da Subunidade Administrativo com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações 10,00, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

19. LUÍS MIGUEL ALVES SILVA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA JOSÉ JACINTO CARRASCO, 9, EM CUBA. -----

Solicita O Sr. Luis Miguel Alves Silva na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo exagerado de água devido a uma rutura, no valor de € 1 032,52, em 6 em prestações mensais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento faseado. -----

20. LUÍS MIGUEL ALVES SILVA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA RESPEITANTE AO 4.º ESCALÃO TRIBUTADO PELO VALOR DO 3.º" -----

Vem o Sr. Luís Miguel Alves Silva, residente e consumidor de água na Rua José Jacinto Carrasco, n.º 9, em Cuba, dar conhecimento da existência de uma rutura na canalização da sua habitação o que levou a um consumo exagerado nos meses de julho (214m^3) = €

1 032,52 e agosto (456m³) = € 2 280,80, e solicitar a possibilidade de poder pagar a água respeitante ao 4.º escalão, pelo valor do 3.º escalão. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que já houve antecedentes com algumas semelhanças na razão de ser do pedido e que o município face à ausência de elementos para deferir a pretensão foi forçado a manter os valores iniciais, facultando no entanto a possibilidade do pagamento deste valor em prestações. -----

21. ORLANDO FLORINDO PRATES. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VERBA REFERENTE A PAGAMENTO DE TERRADO NA FEIRA ANUAL DE CUBA. -----

Solicita o Sr. Orlando Florindo Prates a restituição de verba referente a pagamento de terrado na feira anual de cuba uma vez que por razões pessoais não pode estar presente. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente, determinando aos serviços que procedam à restituição da verba. -----

22. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL PARA UMA CORRIDA DE GALGOS. -----

Solicita a Comissão Galgueira de Cuba a cedência de diverso material para a realização de uma corrida de Galgos no próximo dia 127 de setembro, entre as 10 e as 13 horas.

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente. -----

23. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA CURSOS DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2017/2018. ABERTURA DE CONCURSO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 162/2017, da Subunidade Administrativa cujo teor se transcreve: -----

Prevê o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, no seu art.º 2.º, que: “no início de cada ano letivo, a Câmara abrirá concurso para atribuição de bolsas de estudo, do qual será dado conhecimento aos interessados através de edital a fixar nos locais de estilo, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal.” -----

Assim, propõe-se que a Câmara delibere no sentido de abrir concurso para atribuição de bolsas de estudo para Cursos do Ensino Superior, para o ano de 2017/2018, fixando, simultaneamente, o número de bolsas a atribuir e o respetivo montante. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou dar início à receção das candidaturas que deverão ser formalizadas até ao próximo dia 31 de outubro. -----

Mais delibera fixar em 35 o número de bolsas a atribuir sendo o montante de € 750,00

24. DENÚNCIA DE SITUAÇÃO DE INSALUBRIDADE DE PRÉDIO. RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que determina a realização de uma vistoria a casa sita na Rua 1.º de Maio, em Cuba, face a reporte de situação de insalubridade quer urge resolver.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

25. PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL COM FACHADAS PARA A RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, RUA DE SERPA PINTO E TRAVESSA DO LAGAR, EM CUBA – PRÉDIO COM UMA ÁREA BRUTA DE 648,38M2, RESULTANTE DO DESTAQUE DE UMA PARCELA DE 311,19M2, QUE FICARÁ PROPRIEDADE DOS ATUAIS TITULARES – DELIBERAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2017 do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade em que é contextualizada a aquisição de imóvel no centro da vila, na sequência das negociações levadas a cabo para ali proceder à execução de um projeto de requalificação urbana para uma zona que atualmente está em avançado estado de degradação.

A Câmara, por unanimidade, delibera o seguinte:

1.º - Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de adquirir imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG (557.000,00€) determinar a compra do prédio sito na Rua Álvaro de Castelões, Rua Serpa Pinto e Travessa do Lagar, com uma área de 648,38m2, destacada do prédio inicial inscrito na matriz sob o art.º 1754, sendo neste momento uma herança indivisa, cujos titulares são os herdeiros de Marcela Maria D Almeida Lança, Maria Francisca Arantes de Almeida Lança Galvão e Luiz Filipe de Almeida Lança, pelo valor de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros);

2.º - Registrar que a presente despesa está devidamente cabimentada, comprometida e existem fundos disponíveis, conforme documentação apensa à deliberação; -----

3.º - Registrar que foi contraído empréstimo financeiro para a aquisição destes ditos imóveis e que a autarquia já tem garantido o financiamento comunitário através do ALENTEJO 2020 para a execução do projeto e que, concluídas estas aquisições e aprovado o projeto de construção, estaremos em condições de lançar o concurso público da empreitada.-----

4.º - Determinar que a aquisição seja efetuada através de contrato de compra e venda mediante documento particular a elaborar pela Técnica Superior Jurista, designada nos termos do art.º 35.º n.º 2 al. b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, documento que será posteriormente sujeito a registo na Conservatória Predial por Advogado contratado para o efeito, em sintonia com a lei aplicável nesta matéria;-----

5.º - Mandatar o Presidente da Câmara para proceder à assinatura do contrato de compra e venda;-----

6.º - Das presentes deliberações dar conhecimento aos titulares da herança indivisa, à qual foi atribuído o n.º de contribuinte 744 236 371, para procederem à entrega dos documentos necessários à elaboração da minuta do contrato de compra e venda.-----

26. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS E/OU MATERIAL ESCOLAR, REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2017/2018 - APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS (FORA DO PRAZO) E REAVALIAÇÃO DE ESCALÃO.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 21/2017 do Serviço de Ação Educativa, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor aqui se transcreve:-----

Cumpre-me informar o seguinte:-----

Após o período regular de candidaturas, alguns encarregados de educação dirigiram-se ao Serviço de Ação Educativa, para solicitar os seguintes apoios: cantina escolar e livros e/ou materiais escolares.-----

Foram recebidas, 14 candidaturas (6 da Educação Pré-escolar e 8 do 1.º Ciclo do ensino Básico).-----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento, todos os requerimentos foram aceites por este Serviço, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas, mas que pelos motivos apresentados (confusão com a entrega da

declaração por ocasião da matrícula, transferências de escolas), salvo melhor opinião, se atenderam. São alunos pertencentes a agregados familiares com baixos rendimentos económicos, integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família, conforme *quadros I e II em anexo*.-----

Mais se informa que o *encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 2.995,50€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2017/2018 o valor estimado será de 1.121.28€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 380€*.-----

O pagamento do *apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo* será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papellaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento.-----

Apresenta-se ainda a seguinte situação, em Reunião de Câmara de 2 de agosto de 2017, o órgão executivo, deliberou aprovar os auxílios económicos solicitados, no âmbito da Ação Social Escolar, requeridos pela encarregada de educação de uma aluna devidamente identificada na informação. De acordo com o escalão do abono que detinha na altura (II esc.) ficou aprovado que a Câmara suportaria metade do custo com as refeições escolares. -----

Contudo, na sequência do nascimento de um irmão, foi feita uma reavaliação pela segurança social e o escalão sofreu alteração, passando para o I esc. do Abono de Família em que de acordo com a legislação em vigor a comparticipação da autarquia para as refeições é de 100%. Assim, solicita a encarregada de educação que seja atualizado o escalão.-----

Com esta atualização o valor a participar pela Autarquia no 1.º período é de 46,72€ (acresce ao atribuído na RC de 02/08/2017) e o valor a participar pela Autarquia no Ano Letivo é de 124,83€ (acresce ao atribuído na RC de 02/08/2017).-----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada em pastas no Serviço de Educação.-----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos.-----

Também se apresentam as necessidades de transporte para os alunos do 1.º ciclo do EB, de Vila Ruiva para a escola sede do Agrupamento, tendo em consideração que o transporte será feito nos mesmos moldes do ano letivo transato, também assegurado

por viaturas e motoristas da autarquia. Estas situações estão contempladas no quadro III, em anexo.-----

A Câmara por unanimidade, delibera o seguinte:-----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes, para ano letivo 2017/2018 delibera dar provimento às propostas em cima apresentadas.-----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,50 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,

